



Comprar

Buscar Artigos

Home [Edições](#) Online Especiais TV Diplomatique Podcast Produtos

Acessar conta Olá, [graciane-simone-leite-barbosa](#)



ASSINE

ENTRE CONTINUIDADES E RECONFIGURAÇÕES NO OESTE DO PARÁ

Reprimarização, corredores logísticos e dinâmicas da soja

Edição 168 | Brasil

por [Karina Kato](#), [Socorro Lima](#), [Andréa Leão](#), [Sandro Leão](#), [Valdemar Wesz Junior](#) e [Graciane Simone Leite Barbosa](#)

1 de julho de 2021



compartilhar



O modelo de inserção internacional do Brasil cria vulnerabilidades e compromete o desenvolvimento. Ele promove desindustrialização, desemprego, acentuação das desigualdades e degradação ambiental. A exportação de *commodities* altera a distribuição espacial das atividades extrativas, reforça corredores exportadores e expande as fronteiras extrativas

visualização



Na virada do século XXI, impulsionada pelo *boom* das *commodities*, a economia brasileira passou por um processo de reprimarização (Lamoso, 2020) de sua pauta exportadora, quando os produtos primários passaram a ter mais peso nas exportações do que os industrializados. Esse fenômeno deixa

marcas profundas no território, fomentando estruturas logísticas, impulsionando a exploração de recursos naturais e reconfigurando disputas territoriais.

Ao chegar à Amazônia, em estados ou regiões tradicionalmente exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas, a reprimarização acentua dinâmicas extrativas e amplia as disputas por recursos naturais. Olharemos para o oeste do Pará, na Amazônia Legal, para investigar como a inserção de uma *commodity* que é alvo de interesses globais, a soja, altera as dinâmicas territoriais. Os resultados da pesquisa¹ indicam os ritmos, atores e *drivers* do avanço da soja no Planalto Santareno. A recente corrida por recursos naturais transforma o território nacional, acentua dinâmicas históricas de exploração de recursos naturais amazônicos e reproduz (e aprofunda) desigualdades fundiárias.

A reprimarização e seus rebatimentos no território

A recente valorização das *commodities* agrícolas e minerais teve importantes desdobramentos na economia brasileira. A escalada nos preços de 2003 a 2011 deveu-se a uma combinação de fatores: efeitos de mudanças climáticas, desvalorização do dólar, aumento no preço do petróleo, acentuação da crise energética com a maior atratividade dos agrocombustíveis, estagnação das

taxas de produtividade agrícola, aumento da demanda por matérias-primas por países emergentes (China e Índia). Destaca-se a dimensão financeira, pois a busca por alternativas aos investimentos financeiros na crise de 2008 fortaleceu estratégias lastreadas em *commodities* e recursos naturais. Em consequência, ampliou-se a demanda global por produtos primários, acentuando-se a dependência de boa parte dos países da América Latina desses produtos.²

Não é possível compreender esse quadro sem fazer referência ao “efeito China”. No Brasil, a participação da agropecuária e da indústria extrativa nas exportações passou de 15% em 2000 para

45% em 2020. O comércio com a China cresceu significativamente: em 2000, era o destino de 2% das exportações; em 2020, de 32% (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio). Os produtos exportados para o país asiático, em 2020, foram soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, celulose e carnes bovina, suína e de aves.

O modelo de inserção do Brasil no sistema internacional cria vulnerabilidades e compromete alternativas futuras de desenvolvimento. Ele tem levado à desindustrialização, ao desemprego, à acentuação das desigualdades sociais e econômicas e à degradação ambiental. A exportação de *commodities* altera a distribuição espacial das atividades extrativas no território brasileiro, reforça corredores exportadores e expande as fronteiras extrativas. O oeste do Pará se consolida como uma das novas e mais movimentadas “fronteiras agrícolas e de estruturação de corredores logísticos”. Os produtores do norte de Mato Grosso (principal zona produtora) têm buscado novas rotas logísticas: entre 2013 e 2017, as exportações de Mato Grosso via Arco Norte saltaram de 13% para 43% (Confederação Nacional de Transportes, 2018).

O oeste do Pará e suas reconfigurações

O oeste do Pará tem 732.509,5 km² e corresponde a 59% da área do estado, com população de 1.159.000 habitantes (IBGE, 2010). Sua economia consiste na exploração dos recursos naturais, agropecuária, comércio, serviços e agricultura de autoconsumo. No passado, sua economia se baseou no extrativismo vegetal (drogas do sertão), na agricultura de pequena escala (séculos XVIII-XIX) e na exploração da borracha (séculos XIX-XX). Esta última possibilitou transformações socioespaciais importantes (Oliveira, 1983). A concorrência com a borracha asiática, contudo, impactou as exportações, levando a região a uma longa estagnação, que foi interrompida em dois momentos do século XX: 1) na década de 1920, com a experiência malsucedida de Henry Ford em Fordlândia e depois em Belterra, no oeste

paraense (Santos, 1980; Oliveira, 1983); e 2) na Segunda Guerra Mundial, quando o governo brasileiro, via Acordo de Washington, incentivou a produção da “borracha natural”.

As políticas públicas para a Amazônia se renovaram com as políticas desenvolvimentistas do governo militar (1960). Novamente, interesses nacionais e internacionais se materializaram em complexos minerais e energéticos, no avanço da fronteira agropecuária (expansão da soja e da pecuária de corte) e no comércio de madeira, sem considerar as populações locais e seus modos de vida ou a imensa riqueza representada por sua biodiversidade.

Os corredores que trazem a soja

É nesta conjuntura que a soja ganha peso no oeste do Pará: de um lado, com a expansão das áreas produtivas; de outro, com portos, estradas, hidrovias e ferrovias. O setor produtivo tem apostado em corredores logísticos pelo Arco Norte (ferrovia, hidrovia, portos), região estratégica no escoamento do grão. São duas as rotas: a primeira, via transporte rodoviário (BR-163), liga o norte de Mato Grosso até Itaituba, onde estações de transbordo de cargas (ETCs) privadas embarcam a soja em barcaças (até 30 mil ton.) até o porto de Barcarena ou de Santarém. Várias empresas se instalaram: Bunge/Amaggi, Companhia Norte de Navegação e Portos (Cianport), Hidrovias do Brasil, ADM, Caramuru, Cargill e Louis Dreyfus. Essa rota é 34% mais barata que o trajeto até Santos (SP). Os planos da ferrovia

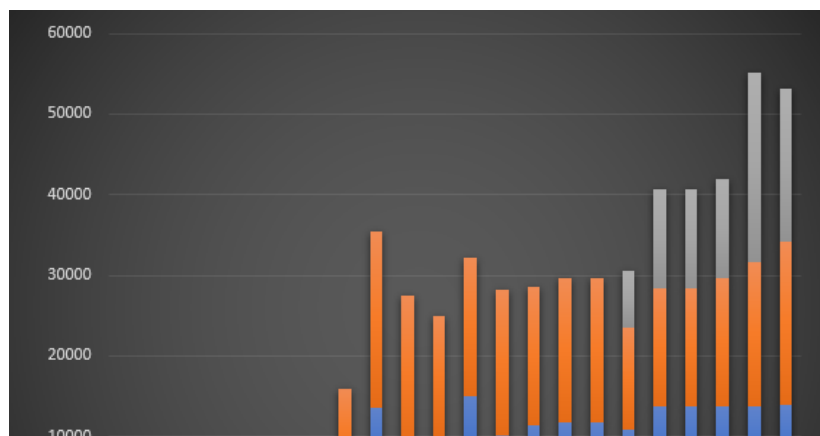
Ferrogrão renovam essas esperanças. A segunda, que passa pelo porto da Cargill, em Santarém, impulsiona a soja no Planalto Santareno. Diante de margens de lucro cada vez mais espremidas, produtores têm reivindicado a construção de um segundo porto em Santarém (em Maicá), o que gerou mobilização social sobre os impactos negativos para a área urbana afetada.

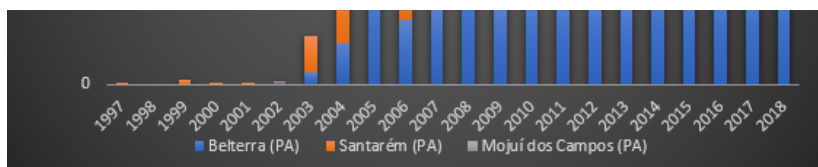
Vale enfatizar que a ampliação de rotas de escoamento se dá no bojo de uma acelerada expansão da produção de soja no

território brasileiro. A área plantada passou de 1,2 milhão em

território brasileiro. A área plantada saltou de 1,3 milhão para 36,9 milhões de hectares entre 1970 e 2020, correspondendo a mais de 50% dos cultivos temporários (Conab, 2020). A soja avança em direção aos Cerrados e à Amazônia (Figura 1). A região Norte, onde se localiza o oeste do Pará, foi a que apresentou a maior ampliação da área: de 2000 a 2018, 2.385% (de 73 mil para 1,9 milhão de hectares)!

Segundo a Embrapa (2004), desde 1990 se conformaram três grandes áreas de produção de soja no Pará: 1) Polo Nordeste (Paragominas, Ipixuna, Ulianópolis e Dom Elizeu); 2) Polo Sul/Sudeste (Redenção, Marabá, Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Pau d'Arco); e 3) Polo Oeste (Santarém, Mojuí do Campos, Belterra, Rurópolis, Itaituba, Novo Progresso, Trairão, Aveiro, Placas, Uruará). A soja chegou ao oeste do Pará em 1997 com produtores “sulistas” vindos de Mato Grosso (Rondonópolis/Campo Verde, Primavera do Leste/Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso). Em 2005, alcançou 35 mil hectares. Entre 2006 e 2013 a área com soja manteve-se entre 30 mil e 40 mil ha. A estagnação se deveu à descapitalização dos produtores e ao aumento da pressão ambiental (desmatamento). Em 2006, a Moratória da Soja determinou que empresas do setor não comprassem ou financiassem soja de terra desmatada da Amazônia, levando os produtores a buscar soluções para o passivo ambiental. Como exemplo citamos o projeto Soja Mais Sustentável (2004), parceria da Cargill com a The Nature Conservancy (TNC), que ampliou o monitoramento da produção. A partir de 2014, a área com soja voltou a crescer, dando um salto em 2017, quando chegou a um patamar de 55 mil ha (Figura 2).³





Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

1 Mojuí dos Campos, antes distrito de Santarém, foi emancipado em 2012. Por isso, temos dados do município apenas a partir de 2013.

Na Figura 3 é possível perceber as transformações no uso do solo no Planalto Santareno: em 1985 predominavam áreas de floresta (verde); em 1995 houve a ampliação da pastagem (amarelo) em áreas de vegetação nativa; em 2005 aumentaram as áreas de pastagem e proliferaram lavouras temporárias (rosa), ausentes até o início dos anos 2000. A instalação do porto da Cargill, em 2003, marcou o “arranque”. Posteriormente, os planos em torno do Corredor Tapajós, com a retomada do debate do asfaltamento e duplicação da BR-163, em 2013, e a instalação de mais de quinze portos privados em Itaituba fomentaram o crescimento da produção.

Continuidades e reconfigurações nas áreas rurais do oeste do Pará

1. a) A substituição da agricultura de pequena escala por monoculturas e a concentração de terras

Ao longo dos anos, o Planalto Santareno sofreu um processo de concentração: dos 300 a 400 produtores de soja observados entre 2003 e 2005 restaram 120 em 2017, segundo o sindicato local. A área com soja, contudo, aumentou. Estudos apontam que, além da ocupação das áreas de pecuária, a soja avançou em zonas anteriormente ocupadas pela pequena produção familiar

(Valbuena e Cohenca, 2006; Carvalho e Tura, 2006). Contribui com esse quadro o recente desmonte e esvaziamento de importantes políticas públicas voltadas para esse grupo. A maior vulnerabilidade dos pequenos produtores, associada a um maior aquecimento do mercado de terras na região, leva esses agricultores familiares a vender suas terras e sair do campo.

2. b) A apropriação do discurso ambiental pelo setor produtivo e a substituição de matas por lavouras de soja

A questão ambiental tem papel central ao frear ou acelerar a expansão da soja no oeste paraense. O discurso dos produtores combina produtividade e modernização com sustentabilidade. Eles defendem que a tecnologia permitiria o uso racional dos recursos e menor impacto ambiental. Assim, esses produtores se projetam como os agentes da preservação ambiental e se contrapõem à agricultura mais tradicional, “menos sustentável”.

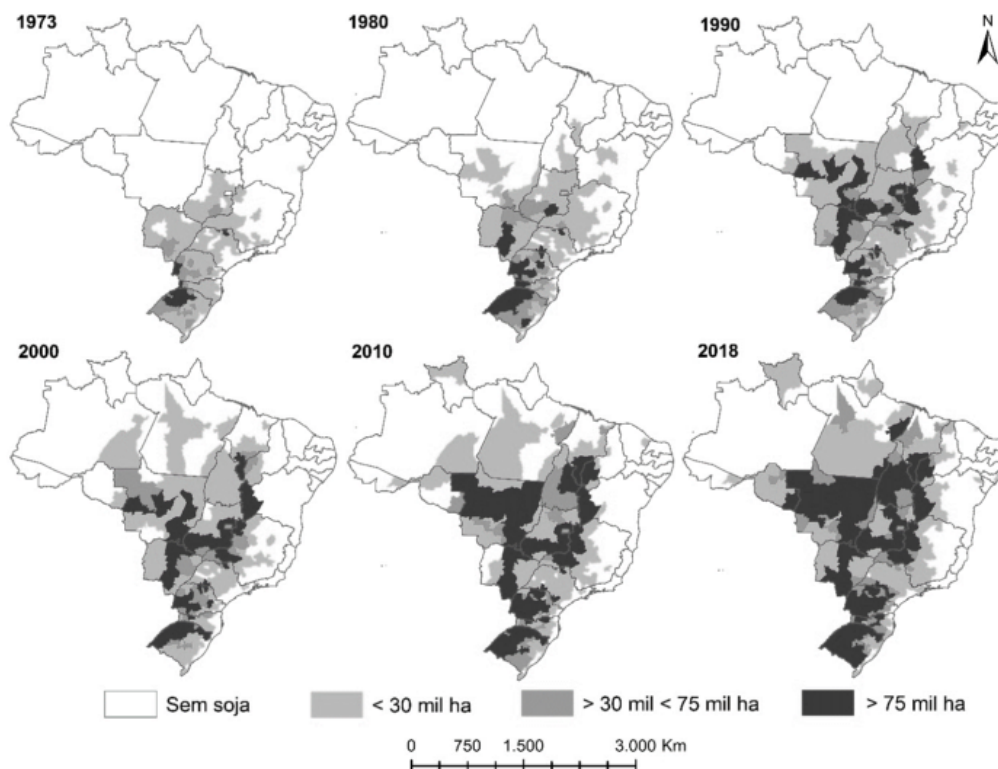
3. c) A valorização das terras e o jogo especulativo

Avança a corrida por terras na região, seja para fins produtivos (fronteira agrícola), logísticos ou para a especulação (sobretudo a partir de 2010). O mercado de terras, impulsionado pelo Estado, incentiva a crescente privatização e mercantilização das terras públicas. Avança também a profissionalização na identificação e regularização de terras, com imobiliárias que chegam antes e negociam as terras em bloco, preparando o terreno para os investidores. Tudo isso se reflete num intenso aumento do preço das terras na região (Figura 4). Diante de um mercado que se aquece, os posseiros, pequenos produtores e povos e comunidades tradicionais são pressionados a deixar suas terras ou vender suas propriedades.

4. d) Facilitação da regularização fundiária

O Programa Terra Legal e as recentes mudanças nos marcos da regularização fundiária impulsionam a expansão da soja ao facilitarem a regularização fundiária de terras públicas federais na Amazônia Legal. Nosso campo indica que os produtores têm adotado a estratégia de fragmentação de propriedades para facilitar a regularização. Só em 2014 foram destinados 9.928.655 hectares no oeste do Pará, glebas públicas federais próximas à área da BR-163. A maior parte dos imóveis regularizados se

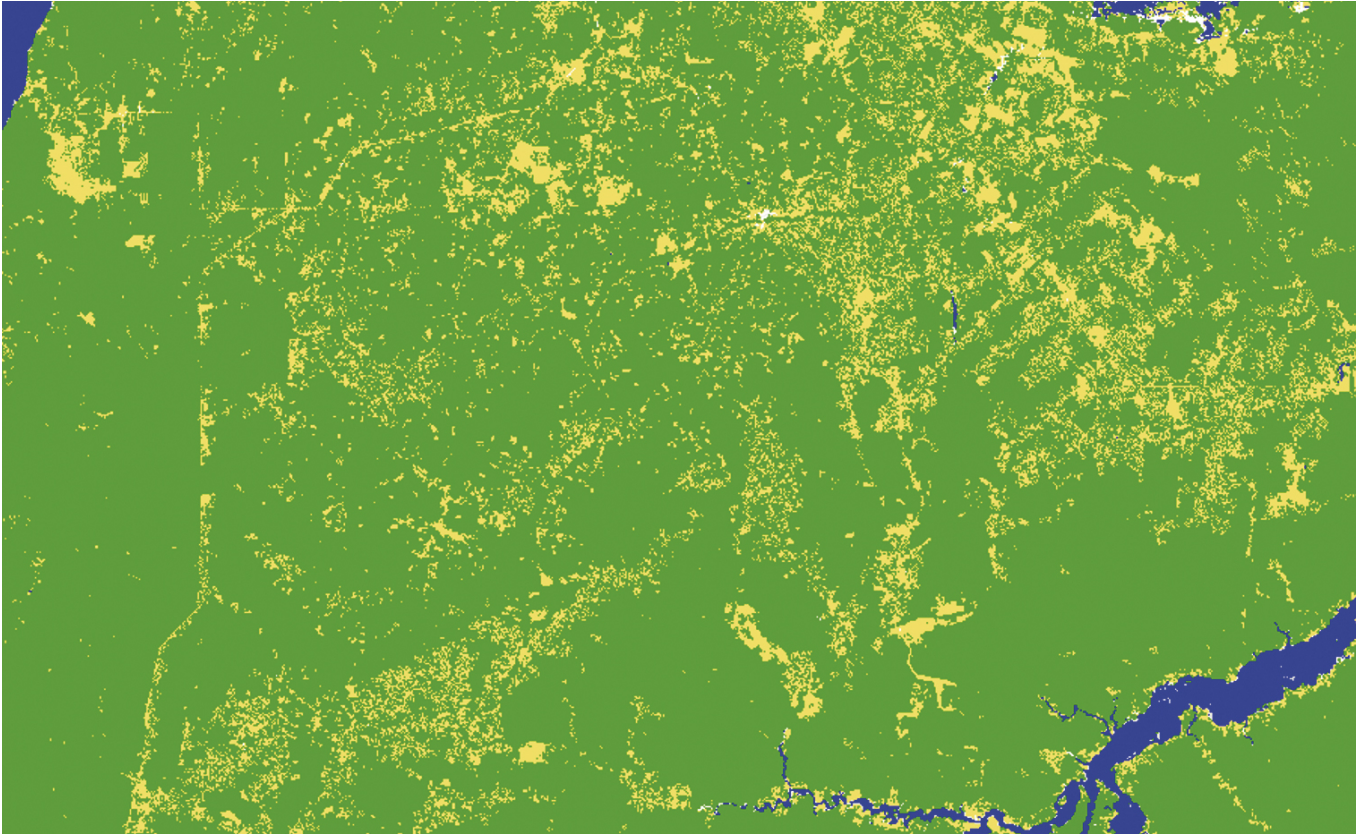
localizava no Planalto Santareno, em áreas propícias à produção de soja.



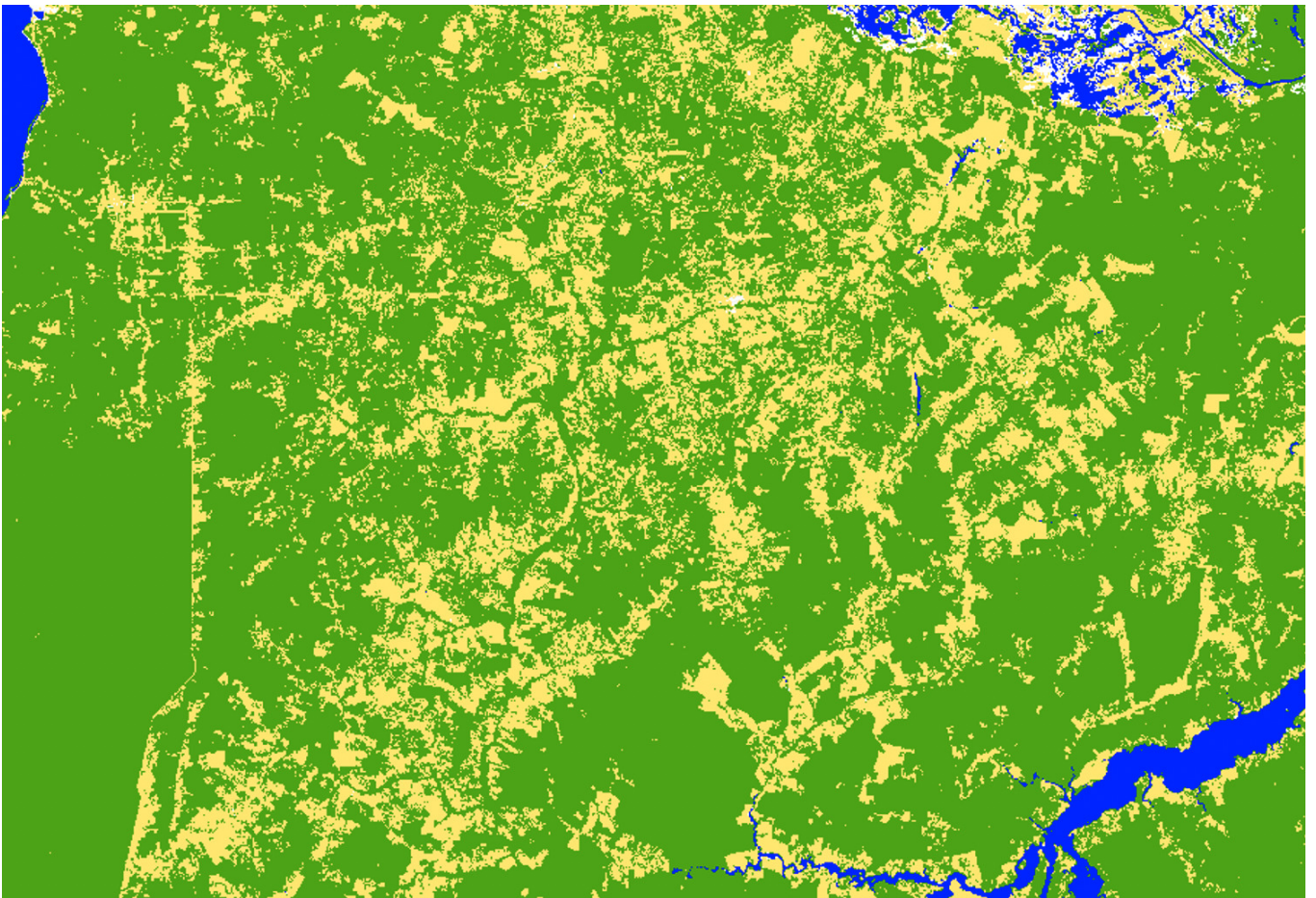
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020). Elaborado pelo Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (Gemap-UFRRJ).

A reprimarização da economia brasileira acentua o que David Harvey (2011) aponta como a “complexa dinâmica do desenvolvimento das desigualdades da acumulação do capital”. O oeste do Pará, desde o início de sua ocupação, foi marcado pela dinâmica de exploração dos recursos naturais. A exploração mineral e, recentemente, o cultivo da soja assinalam essa continuidade e reconectam essa região com as dinâmicas globais de corrida por recursos. A atual dinâmica de reprimarização imprime mudanças não apenas no território, mas também na vida concreta de populações que são desterritorializadas e afetadas em seus modos de vida e nas formas com que se relacionam com os territórios e os recursos naturais. Por isso, cada vez mais os movimentos sociais do campo e da cidade vêm questionando as dimensões desse modelo econômico que espolia recursos e não atende aos princípios da equidade e da justiça social e ambiental.



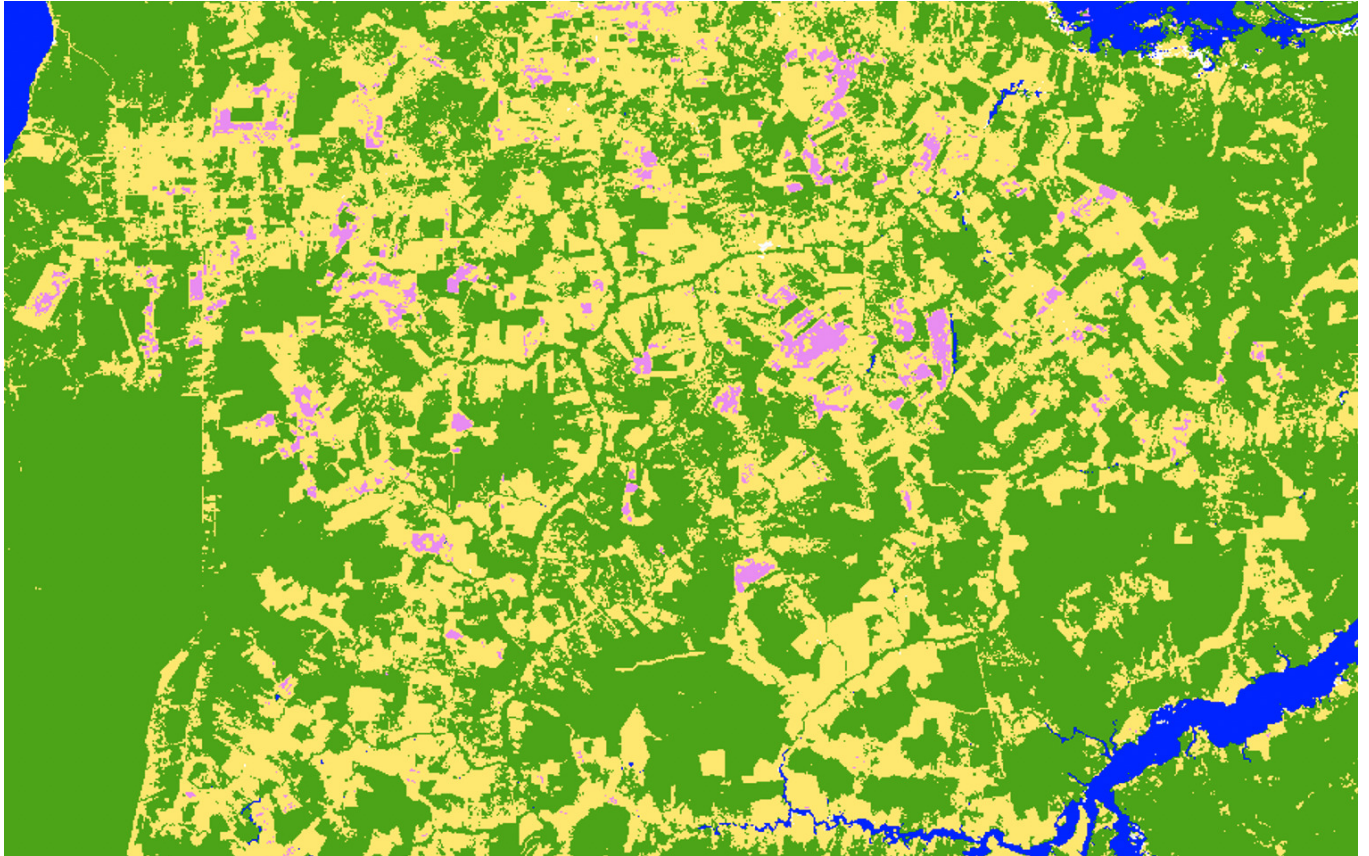


1985

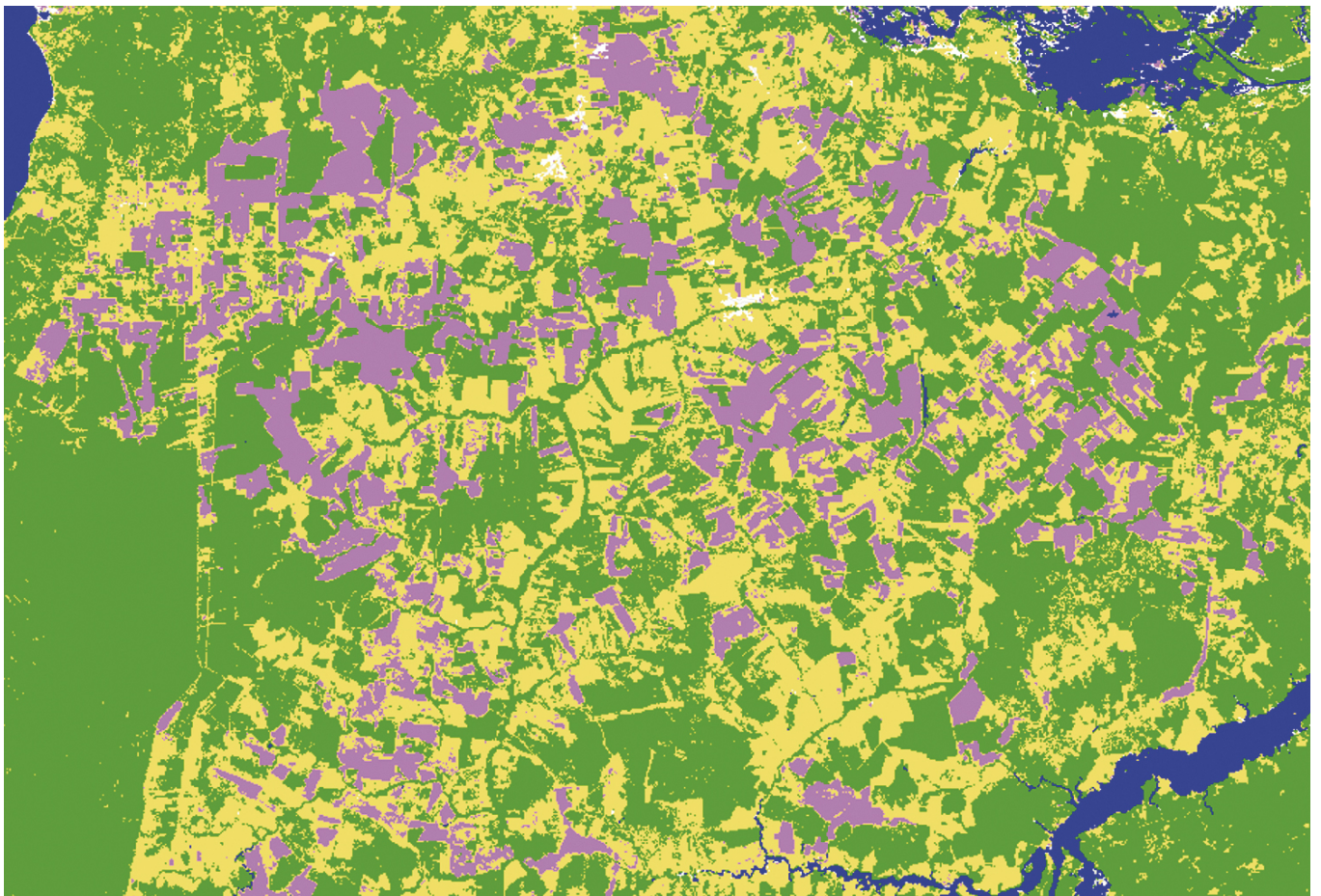


1995





2005



2018

***Karina Kato, Socorro Lima, Andréa Leão, Sandro Leão,**

Valdemar Wesz Junior e **Graciane Simone Leite Barbosa** são pesquisadores e colaboradores do Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (Gemap), coordenado pelo professor Sergio Leite (CPDA) e vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). A pesquisa na qual este artigo está embasado foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Bolsa de Produtividade e Edital Universal) e pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

1 Trabalho de campo (novembro de 2017) nos municípios paraenses de Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos e Itaituba, com realização de entrevistas com atores locais chave.

2 Para a Unctad (2019), um país é considerado dependente das *commodities* se estas compuserem mais de 60% de suas exportações (em valor). Essa dependência tem um efeito negativo no desenvolvimento econômico do respectivo país.

3 O Planalto Santareno envolve os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, cuja área se caracteriza por solo plano e favorável ao plantio com sistema mecanizado, situada às margens das rodovias BR-163 e PA-370 (Leão, 2017).

Referências bibliográficas

ARBACHE, J. O canto da sereia: um estudo sobre a relação econômica Brasil-China. Artigo preparado para o Seminário Internacional Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades. Rio de Janeiro: Palácio Itamaraty, 16-17 jun. 2011.

CARVALHO, V.; TURA, L. *A expansão do monocultivo de soja em Santarém e Belterra: injustiça ambiental e ameaça à segurança*

alimentar. Fase-Amazônia, 2006.

CNT. *Anuário CNT do Transporte: estatísticas consolidadas*, 2018.

EMBRAPA. Reunião de pesquisa de soja da região central do Brasil. Londrina: Embrapa 2004.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. *Banco de dados agregados*, 2020.

LAMOSO, S. P. Reprimarização no território brasileiro. *Espaço e Economia*, v.19, 2020.

LEÃO, S. A. V. Agronegócio da soja e dinâmicas regionais no Oeste do Pará. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA, 2017.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação humana. In: SALATI, E. et al. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1983. p.144-327.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v.30, n. 2 (118), abr.-jun. 2010, p.219-232.

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SAUER, S. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts [Expansão da soja na fronteira agrícola da Amazônia brasileira: a economia do agronegócio e seus conflitos ambientais e sociais]. *Land Use Policy*, v.79, 2018, p.326-338.

UNCTAD. State of Commodity Dependence 2019 [Estado da dependência em *commodities* 2019]. Nova York, 2019.

VALBUENA, R.; COHENCA, D. Reativação da fronteira agrícola e aumento da taxa de desmatamento ao norte da BR-163, nos municípios de Santarém e Belterra, no Pará, Brasil (1999-2004). *Agrária*, v.4, 2006, p.98-123.